

**A PRÁTICA DE CYBERBULLYING CONTRA PROFESSORES: A
AUTORIDADE EM TEMPOS DE CONCENTRAÇÃO DISPERSA**

***THE PRACTICE OF CYBERBULLYING AGAINST TEACHERS: THE
AUTHORITY IN TIMES OF DISPERSED CONCENTRATION***

Carla Castro

carla.202010640@unilasalle.edu.br

Mestranda em Educação - Universidade La Salle – (UNILASALLE)

Vanessa Fiorini

vanessafiorini@gmail.com

Mestranda em Educação - Universidade La Salle – (UNILASALLE)

Elaine Conte

elaine.conte@unilasalle.edu.br

Doutora em Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Adilson Cristiano Habowski

adilsonhabowski@hotmail.com

Doutorando em Educação - Universidade La Salle – (UNILASALLE)

RESENHA

ZUIN, AntônioÁlvaro Soares. ***Cyberbullying contra professores***: dilemas da autoridade dos educadores na era da concentração dispersa. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

A obra *Cyberbullying contra professores: dilemas da autoridade dos educadores na era da concentração dispersa*¹, escrita por Antônio Álvaro Soares Zuin e publicada pela Editora Loyola, apresenta uma problematização

¹ O conceito de *concentração dispersa* pode ser sintetizado como “o ritmo alucinante das distrações que continuamente se alternam, na medida em que nossos olhares são atraídos por estímulos audiovisuais expostos por telas onipresentes, parece estar fazendo que a própria capacidade de concentração seja radicalmente transformada, de tal modo que a dispersão se torna parte de sua constituição” (ZUIN, 2017, p. 109).

da relação entre estudantes e seus professores, chamando a atenção para o fenômeno crescente do *cyberbullying* (*bullying* virtual), um tipo de violência contra a autonomia e autoridade dos professores em contexto educativo. O autor aborda situações de agressões físicas e de constrangimentos praticados por alunos contra seus professores, além dos desafios enfrentados pelos sujeitos nessa dinâmica da dispersão, hiperestimulação e desatenção em sala de aula. Desde 2008, o autor vem pesquisando sobre as práticas de *cyberbullying*, novas tecnologias e violências no contexto da educação, para compartilhar as contradições das mídias digitais com informações que circulam informalmente contra professores e a obra é fruto de investigações realizadas também na Universidade de York, na Inglaterra.

Diante do exposto, o capítulo 1 é intitulado *A autoridade do professor: passado, presente. Futuro?* E trata do conceito de autoridade do professor ao longo da história, desde a Antiguidade greco-romana, em diálogo com autores como Hannah Arendt, Rousseau, Tomás de Aquino, John Dewey, Agostinho, Comênio, Johann Friedrich Herbart e Skinner, como forma de apresentar a figura do professor em suas ambivalências histórico-culturais e sentimentos: punição x afeto. Zuin (2017) aponta que Sócrates, na Grécia clássica, foi considerado um exemplo dessa mistura de emoções, orientações de empatia e afeto social, para seus discípulos. Ao mesmo tempo em que punia com sarcasmo e/ou castigo físico seus discípulos, o mestre também inspirava e acariciava com afeição suas dores e angústias. O conceito de autoridade que surgiu com os romanos consistia em ser *maior*, portador do conhecimento e da história, para criar regras sociais que passariam de geração a geração. Na Roma antiga, os pedagogos-escravos e os mestres livres (os *maiores*) ensinavam os conceitos elaborados pelas autoridades romanas, como algo fundamentado pela autoridade do tempo na experiência dos anciãos,

considerados figuras de autoridade diante de seus alunos. Porém, detinham a prerrogativa de fazer o estudante sofrer, inclusive fisicamente, caso não fosse identificado como bom aluno. Isso porque, os professores eram considerados artífices, ensinando os estudantes a serem competentes em algo, daí que as práticas de violência física eram utilizadas para promover o desenvolvimento das relações de ensino para ser bom em algum ofício.

Ao discorrer sobre as concepções pedagógicas e sua historicidade, o autor se baseia em Comênio, Rousseau e Herbart. Para Comênio, o professor como referência de autoridade seria o suporte para o desenvolvimento cognitivo e moral do aluno. Rousseau constata que o professor não deve transmitir conhecimento, mas estimular e criar condições de possibilidade para os educandos encontrá-lo. Além disso, tece um elogio ao papel do educador quando este realiza a autocrítica ao considerar importantes os anseios e as aspirações dos estudantes. Por sua vez, Herbart enfatiza que o processo educativo se baliza na relação entre aprendizagem de conteúdos e desenvolvimento da consciência moral por parte do aluno. Nessa proposta educacional, o professor deveria ser um modelo a ser seguido pelo aluno. De modo semelhante, o aluno deveria aceitar que as punições aplicadas pelo professor acerca de desobediências seriam para seu próprio bem. Em qualquer uma destas concepções pedagógicas, o professor seria evidenciado como autoridade pedagógica sobre a consciência dos alunos conferida por meio da tradição e do tempo de experiência fundadora moralmente. Estas concepções ainda são criticadas, visto que a figura do professor ao longo do tempo de autoridade sofreu transformações, assim como as identidades socioculturais e referências de experimentação do tempo mudaram.

O segundo capítulo *YouTube e cyberbullying de alunos contra professorestraz* investigações acerca da maneira como os estudantes praticam

cyberbullying contra seus professores ao utilizarem imagens gravadas por seus aparelhos eletrônicos durante o período escolar e posteriormente postadas no ambiente virtual denominado *YouTube*. As formas mais comuns de *cyberbullying* surgem por expressões de *preconceito e intolerância* raivosa, assédio *online*, *cyber-perseguição*, difamação *online*, máscara e publicização. Agressões que seguem o ritmo de desenvolvimento das formas de comunicação *online* permitem ao agressor sentir-se menos inibido ou responsável por suas ações na cultura digital perpetuando uma espécie de transfiguração da identidade. A falsa ideia de anonimato do *cyberbullying* ocasiona e intensifica a falta de empatia e a dessensibilização do agressor em relação à vítima. A vítima, por sua vez, desenvolve um sentimento de vulnerabilidade, pois sabe que a perpetuação do *cyberbullying* existe e não é cessada, uma vez que os conteúdos que são postados na rede podem ser gravados e reproduzidos em quaisquer situações. Zuin (2017) afirma que a violência sofrida pelo professor pode ter diversos motivos associados, frequentemente, a problemas familiares ou marcados pela realidade vivida por cada agressor. O autor ainda faz análises sobre vídeos que foram realizados em escolas de Portugal, dos Estados Unidos e da Inglaterra. O que eles têm em comum é o uso do celular para a gravação em aula de vídeos curtos (pouco mais de um minuto), para ridicularização dos professores. Tais violências geradas em ilhas virtuais, sem supervisão, sem regras ou punições, acontecem porque o professor retirou o aparelho celular das mãos do educando ou por ser muito exigente nas aulas e provas. O consumo audiovisual na sociedade acaba supervalorizando a linguagem tecnológica na escola e desviando ou desrespeitando a autoridade do professor. O viciosa cultura digital que disputa a atenção do estudante somado à ambivalência da relação entre amor e ódio na relação pedagógica propicia

711

um mal-estar nas experiências contemporâneas de aprendizagem e convívio social.

No terceiro capítulo denominado *Youtube e cyberbullying de alunos contra professores no Brasil*, Zuin (2017) relata que o uso do celular nas salas de aulas das escolas brasileiras é um grande desafio, pois ainda não é utilizado na maioria dos casos como instrumento no processo de aprendizagem. O autor ressalta que o celular nas escolas segue uma legislação que proíbe o uso em sala de aula em todos os níveis de ensino. No Ensino Fundamental, percebe-se que os pais favorecem o uso indevido dos estudantes, pois, em algumas situações, eles acabam mandando mensagens ou ligando para seus filhos em momentos da aula, sabotando a atenção do estudante da turma. Já os universitários, por não serem proibidos do uso, acabam utilizando as redes sociais para se comunicarem indiscriminadamente.

Diante desse contexto, o professor precisa dar contadessa orientação na cultura digital em tempos de ódio, intolerância e semiformação socializada, sendo o alvo predileto do *cyberbullying reality* praticado por *cyberbullies* brasileiros e reagindo por meio jurídicos aos ataques que geram depressão, problemas de sono entre outros, por lerem comentários humilhantes e verem suas ações vulgarizadas em redes sociais. Vale ressaltar que na sociedade midiática, a figura do professor é mostrada em diferentes contextos, ora como vilão pelos estudantes, ora como o salvador para causas sociais, ou ainda, parafraseando Theodor Adorno, como o herdeiro do monge. Por essa razão, professor é colocado como o herói que mesmo com salários precários e escolas públicas sucateadas com turmas superlotadas e com múltiplas diferenças consegue se destacar elevando notas dos estudantes em algum projeto específico. Já os professores de escolas particulares ficam a serviço dos seus clientes e se submetem a modismos travestidos na retórica de

boas práticas e às condições de trabalho específicas que são impostas por cada instituição. Dialogar sobre o uso do celular nos contextos educativos seria o primeiro passo para que os professores questionassem as experiências contraditórias do mundo digital, passando pelas relações de sociabilidade dos estudantes ao reconhecimento da formação, da estima e da humanização apreendidos culturalmente.

Nessa configuração, o quarto capítulo - *O cyberbullying, a autoridade do professor e a concentração dispersa* reflete em torno da questão da supremacia do professor diante dos estudantes no contexto da era digital (transformando-se em um *showman* ou *Youtuber*), visto que os professores estão precisando reinventar-se para alcançar o que o autor chama de nova maneira de fazer com que o educando no mínimo acompanhe os conteúdos das aulas para algum exame e assim tenha êxito. É importante salientar que essa autoridade já foi questionada por Freud, porém, o mesmo não descarta a figura do professor ser mais importante que os conteúdos para os processos de aprendizagem. Zuin (2017) menciona Theodor Adorno quando relata sobre as reformas escolares nos moldes da pedagogia humanista moderna mais focadas nos níveis de conteúdos aprendidos do que nas etapas do desenvolvimento afetivo e cognitivo dos estudantes, o que distorce o sentido da educação emancipatória de experiências coletivas e ameaça a expressão da autoridade do professor. De acordo com Zuin (2017), data-se que essa autoridade começa a se perder com o desenvolvimento incontrolável dos meios de comunicação, mais precisamente com o telégrafo, e também com a nova concepção sobre a cultura da infância. Se o que vale é o que você consegue consumir, as crianças começam a questionar a importância da figura do adulto e do professor, no sentido de não ser mais alguém imprescindível para lhe passar saberes, pois tudo está na palma de suas mãos tendo celulares com

acesso à internet. Ler e escrever por meio dos meios eletrônicos passa a ser cada vez mais comum não necessitando de cadernos, livros e até mesmo do professor como mediador desse processo de aprendizagem. Cresce com isso nas escolas o fenômeno da concentração dispersa entre os estudantes gerando preocupação na comunidade educativa, pois o desinteresse dos estudantes se transforma em *cyberbullying* como sintoma de uma violência social que apela ao nosso olhar pedagógico. É possível observar também os professores desafiando os educandos com posturas autoritárias, intimidadoras, punitivas e usando a força para cercear o uso do celular em aula.

Com o passar dos anos e a adoção de câmeras dentro das salas de aula, agora os pais e a equipe pedagógica da escola têm acesso a cada ação que é realizada por estudantes e professores como algo punitivo e intimidador a ambos. Zuin (2017) cita Theodor Adorno para reforçar que a tecnologia e seus *gadgets* adquirem relevância no contexto social em que as pessoas que as produziram transformam-se em coisas. Os celulares são considerados fundamentais para o exercício narcísico de poder entre os sujeitos, visto que mediante o aparelho celular são criados *cyberbullies* para expor o ódio à figura do professor não importando o tipo de punição que será imputado por seus atos, mas o seu prazer sadonarcísico. O autor conclui a obra com a apresentação de vídeos que destacam a indignação dos professores diante da indisciplina dos estudantes, de suas exposições de conteúdos depreciadas, de sua imagem ridicularizada e, principalmente, da falta de concentração das novas gerações no cotidiano escolar. A prática do *cyberbullying* contra professores fica cada vez mais evidente nas redes sociais e isso implica que o professor precise assegurar a sua autoridade profissional judicialmente. Zuin (2017) ressalta que mesmo o uso do celular sendo proibido em sala de aula, percebe que os estudantes não deixam de registrar e difundir imagens ofensivas de seus

professores e em algumas situações seus rostos também são revelados como os protagonistas das ações. Esse ato dos *cyberbullies* ratifica o sadonarcísivo quando há esse desejo de ser tornar superior denegrindo a imagem do outro, nesse caso, do professor na internet.

Entre os vários desafios da atualidade no exercício pedagógico, essa obra contribui com os debates sobre o problema da autoridade pedagógica e da concentração dispersa, sendo fruto da sociedade que vive experiências variadas e contraditórias. Zuin (2017) chama a atenção para os desafios provocados pela invasão dos meios eletrônicos na prática educativa, que restringe o pensar e as interlocuções no processo pedagógico, causando a improvisação e a precarização das relações humanas, notadamente porque sem autoridade e vínculos dialógicos não se faz educação (CONTE; HABOWSKI, 2019).

Os caminhos indicam para a necessidade de ações de combate a esse tipo de violência que desautoriza e desrespeita os professores da condição de portadores de conhecimentos e divulgadores da tradição cultural em suas diferenças, mobilizando assim processos de interpretação acerca do impacto desagregador da cultura digital para recuperar a autoridade pedagógica, tendo em vista que sem autoridade não se constrói uma (re)educação (auto)crítica (HABOWSKI; CONTE, 2018). Nesse cenário, precisamos compreender e incorporar as novas linguagens tecnológicas à reeducação humana, criando vínculos formativos e de cooperação, para fazer valer a autoridade e as inter-relações dos saberes na cultura digital (HABOWSKI; CONTE, 2018). Cabe destacar que interferências externas, ameaças e agressões entre estudantes e professores, assédios, intolerâncias ou chantagem não combinam com o ato de educar que demanda autonomia, compartilhamento de ideias, colaboração e luta por reconhecimento recíproco no contexto atual.

Por fim, a prática de *cyberbullying* contra professores também acontece por políticas econômicas ligadas ao uso de tecnologias digitais nas escolas, que defendem que o estudante por ser *nativo digital*² detesta a monotonia e reforçam o fenômeno da concentração dispersa, como forma de desautorizar e violentar por interesse externo o trabalho pedagógico. Tais sabotagens em relação ao esforço intelectual para aprender a pensar, ler, investigar e compartilhar conhecimentos nas relações com o outro no mundo, hoje englobam todas as instâncias complexas e interconectadas da vida em sociedade. A realidade constrangedora, hiperativa, saturada pela apatia e narcísica, caracterizada por *monodialogos* da informalidade digital na educação, pelo desemprego estrutural e pelo desalento dos educadores na era da concentração dispersa, os elementos da superficialidade das mensagens e imagens acontecem vertiginosamente, sem deixar marcas nas condições sócio-históricas compartilhadas à criação de movimentos transformadores.

A obra traz apontamentos sobre a autoridade pedagógica em um momento ímpar da história humana e educativa, em que o trabalho do professor só pode se desenvolver mediado pelas tecnologias digitais, tendo em vista as orientações mundiais de distanciamento físico. Ademais, politicamente, vive-se tempos em que o próprio processo educativo é alvo de críticas e violências por parte da opinião pública e os professores, em meio a isso, facilmente são atacados e pressionados a conduzir os processos pedagógicos, de acordo com crenças e ideologias de grupos. Ao ressaltar os modos contemporâneos em que estudantes e professores constroem e convivem com

² Compreendemos que a ideia de *nativo digital* é um mito, ou seja, apesar de muitos jovens terem as tecnologias digitais como parte da realidade desde sempre, não há evidências científicas de que isso muda essencialmente a forma como eles pensam e aprendem. Assim como é um mito a capacidade humana de realizar duas atividades ao mesmo tempo em ações automatizadas, como andar e conversar. Até nesses casos, a performance da tarefa automatizada é prejudicada.

as imagens de autoridade autênticas e inautênticas, o livro apresenta um diálogo com elementos e autores acerca das expectativas e relações humanas desenvolvidas em uma sociedade que anestesia as análises profundas e críticas, que por saturação instrumentaliza a invasão cultural.

REFERÊNCIAS

CONTE, Elaine; HABOWSKI, Adilson Cristiano. O agir comunicativo na educação como dispositivo e autoridade epistêmica à práxis tecnológica. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 40, p. 1-15, 2019. DOI: 10.1590/es0101-73302019193424

HABOWSKI, Adilson Cristiano; CONTE, Elaine. Cultura digital versus autoridade pedagógica: tendências e desafios. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 24, p. 278-301, 2018. DOI: 10.26512/lc.v24i0.18993

ZUIN, Antônio Álvaro Soares. **Cyberbullying contra professores: dilema de autoridade dos educadores na era da concentração dispersa**. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

ZUIN, Antônio Álvaro Soares. Copiar, colar e deletar: a Internet e a atualidade da semiformação. **Pro-Posições**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 139-159, set./dez. 2013.